



Rodovias Integradas do Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**



Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 13
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	14 - 15
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações de resultados	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	19
Demonstrações do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21 - 69

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - CCR SPVias vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1 Mensagem à Sociedade

A SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A CCR SPVias administra 515 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 70 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258).

A operação das rodovias, oferece conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 820 mil habitantes. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

A CCR SPVias desenvolve também programas sócio-culturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

2 Dados Econômicos

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	2011	2010	Var.%
Veículos Equivalentes	54.883.367	53.464.060	2,7
Veículos Leves (Eq)	17.704.762	16.976.377	4,3
Veículos Pesados (Eq)	37.178.605	36.487.683	1,9

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+2,7%)

O tráfego de veículos equivalentes na CCR SPVias registrou em 2011 um crescimento de 2,7% em comparação a 2010, destacando-se o crescimento nas regiões de Avaré, Itapetininga, Capão Bonito e Itararé.

Veículos de Passeio (+4,3%)

Em 2011, o crescimento dos veículos de passeio na CCR SPVias foi de 4,3% sobre o ano anterior. Esse aumento no tráfego é significativo, levando-se em conta que em 2011 ocorreram menos feriados prolongados, comparando-se com o ano anterior e a circulação deste tipo de veículo em nosso trecho é predominantemente de longa distância e muito sensível às variações de tráfego ocasionadas por feriados prolongados, que afetam positivamente o resultado.

Veículos Comerciais (+1,9%)

O tráfego de veículos comerciais apresentou em 2011 um crescimento de 1,9% sobre o ano anterior. Com destaques positivos para o transporte de madeira e cana-de-açúcar.

Receita Bruta

Receita Bruta [R\$ mil]	2011	2010	Var.%
Receita de Pedágio	405.972	371.048	9,4
Receitas Acessórias	2.444	2.570	-4,9
Receita de Construção	16.661	13.634	22,2
Receita Bruta Total	425.077	387.252	9,8

Receita Líquida

A receita líquida cresceu 9,8% em 2011 quando comparado ao ano de 2010 atingindo o valor de R\$ 389,7 milhões, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego do sistema, assim como pelo reajuste das tarifas básicas de pedágio.

As deduções sobre a receita operacional bruta aumentaram em 9,8%, alcançando o valor de R\$ 35,4 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 9,4% nas receitas operacionais. Os tributos incidentes são: ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta; PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- Depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão;
- Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”;
- Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem somente valores variáveis, equivalentes a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% da receita bruta mensal acessória; e
- Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

Endividamento

Composição da Dívida [R\$ MM]	Index.	Custo Médio	Dez/11	%
Empréstimos	CDI e TJLP	116,5 % do CDI e CDI + 3,7 (TJLP (0,3 – 0,5%))	206,1	17,1
Finame	TJLP	TJLP (2,8 – 5,5%) e UMBNDES	75,4	6,1
Leasing	CDI	CDI (0,1 - 0,6% a.a.)	1,6	0,1
Debêntures – Série única	CDI	116,5%	934,9	76,7
Total			1.218	100,0

3 Reajustes de Tarifa de Pedágio

Conforme Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 assinado entre o Estado de São Paulo e a Rodovias Integradas do Oeste S/A – CCR SPVias (cláusula 27), a Companhia reajustou em 9,77%, no mês de Julho de 2011, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema, sendo assim, uma variação de +5,59p.p. ao reajuste do ano anterior.

Para maiores informações sobre o índice de reajuste da tarifa de pedágio, vide item 26 – Eventos Subsequentes.

Para 2012, as expectativas atuais de mercado apontam para crescimento de 3,38% do PIB, IGP-M de 4,44%, IPCA de 4,95%, e taxa de câmbio de R\$ 1,80 para cada dólar americano.

4 Riscos de Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento na taxa de inflação;
- CDI, relativa a emissões de Debêntures;
- TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME;
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais;
- Políticas e variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumento nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, fizer para financiar suas operações.

5 Projetos Sócio-culturais

O relacionamento da CCR SPVias com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sócio-culturais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos de uma forma geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios lindeiros, com reflexo direto em seus habitantes.

- **Projeto SP Criança “Cuidando da Segurança no Trânsito”** - Ensinar e educar são importantes tarefas na formação de um cidadão consciente. O projeto SP Criança tem como objetivo levar a conscientização e dicas informativas de trânsito para as crianças, reunindo uma série de atividades voltadas à educação no trânsito, tais como jogos, gincanas e palestras. O projeto é desenvolvido em parceria com os municípios lindeiros e alinhado com os programas educacionais da Secretaria de Educação.

- **Rota da Saúde** - Tem como objetivo realizar o treinamento de profissionais da área da saúde dos municípios da malha viária da concessionária, visando à capacitação e preparação da rede hospitalar de retaguarda para dar continuidade aos primeiros socorros e às equipes de emergência. Foram realizados cinco treinamentos ao longo de 2011.
- **Reunião do PAM (Plano de Auxílio Mútuo)** - O objetivo é reunir recursos e assegurar maior eficiência e conhecimento técnico no atendimento de emergências na região, por meio da união de esforços entre empresas privadas e entidades governamentais em municípios limieiros. Foram realizadas reuniões nos meses de agosto e novembro.
- **Cine Tela Brasil** - O projeto Cine Tela Brasil foi criado em 2004 pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi e tem como objetivo levar cultura a um público que nem sempre tem acesso a atrações de qualidade. O programa já levou sessões de filmes brasileiros para mais de 350 cidades do interior do país, ultrapassando a marca de 788 mil espectadores. A estrutura móvel conta com 225 cadeiras acolhoadas, ar-condicionado, projeção cinemascope 35 mm, som estéreo *surround* e tela de 21 m². Em 2011, a CCR SPVias levou o projeto para 4.500 espectadores das cidades de Avaré e Tatuí.
- **Programa Estrada para Cidadania** - O programa visa à redução de acidentes e vítimas do trânsito, por meio de orientação para a formação de pedestres e novos motoristas mais conscientes. O Programa Estrada para a Cidadania conta com material didático exclusivo e leva em consideração a transversalidade das matérias, ou seja, busca inserir a Educação para o Trânsito e Meio Ambiente em diversas disciplinas. O conteúdo é constantemente atualizado, de acordo com a evolução da linguagem, das leis de trânsito, dos conceitos de meio ambiente e das dicas de cidadania.

Na CCR SPVias, em 2011, o Estrada para a Cidadania atendeu 2.715 alunos e capacitou 116 professores das cidades de Capão Bonito e Itatinga.

6 Recursos humanos / Geração de empregos

Atendendo uma das diretrizes do Grupo CCR, valorizar a mão de obra regional, a CCR SPVias tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades limieiras às rodovias Castello Branco, Antônio Romano Schincariol, Francisco da Silva Pontes, João Mellão, Francisco Alves Negrão e Raposo Tavares, dentro de sua malha viária.

Atualmente, a Companhia gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 690 empregos diretos e aproximadamente 600 indiretos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos 26 municípios limieiros.

Preocupada com a capacitação de seus colaboradores para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios com entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

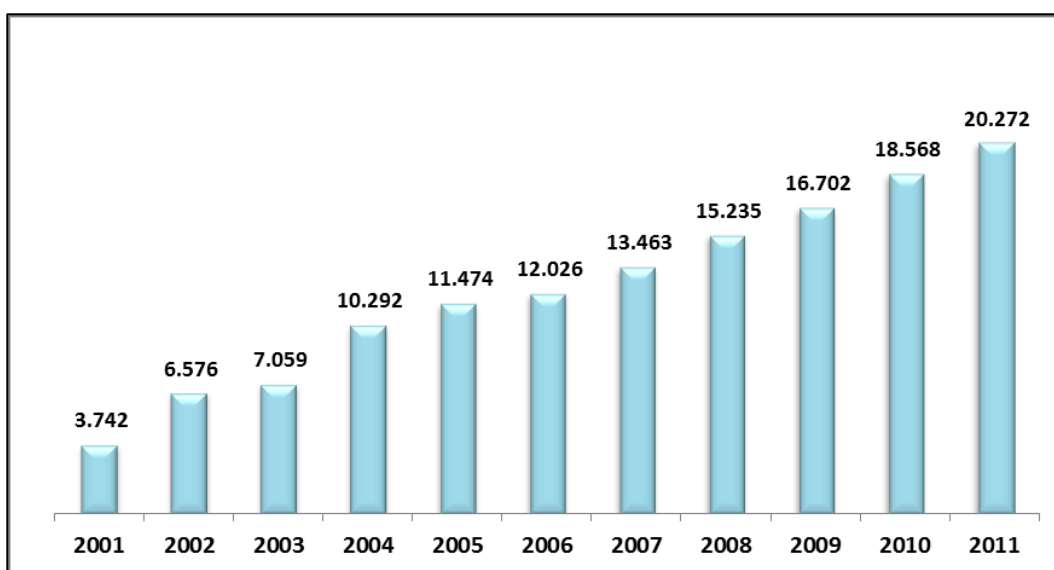
Dentre os treinamentos realizados, destacamos o Projeto Aprimorando - módulo Ciclo da Prestação de Serviços - e o Programa de Desenvolvimento de Lideranças, além de treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

7 Desenvolvimento regional

ISSQN repassado aos municípios

Em 2011, a CCR SPVias recolheu aproximadamente R\$ 20,3 milhões em ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) aos cofres dos 26 municípios que fazem parte da malha rodoviária que administra: Águas de Santa Bárbara, Alambari, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bofete, Buri, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Cesário Lange, Iaras, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Itatinga, Pardinho, Porangaba, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Santa Cruz do Rio Pardo, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, que, juntos, somam aproximadamente 820 mil habitantes, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR SPVias:

ISSQN - Repassado aos Municípios 2001-2011 (valores expressos em R\$ mil)



8 Meio ambiente

A fim de preservar o meio ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências são exemplos destas ações.

Monitoramento e Recuperação de Não Conformidades Ambientais - Trabalhando de maneira preventiva à ocorrência de não conformidades ambientais que venham a provocar impactos nos ecossistemas próximos, a CCR SPVias inspeciona periodicamente bueiros e canaletas de cristas de taludes e de saias de aterro, detectando pontos críticos.

Recuperação de Passivos Ambientais - A ARTESP estabelece um plano de recuperação de no mínimo 5% do passivo total existente a cada ano de concessão. Até o ano de 2011, a CCR SPVias recuperou 70% dos seus passivos ambientais decorrentes da implantação e/ou operação de suas rodovias, cumprindo 20% além do estabelecido.

Projetos de Reflorestamento com Mudanças Nativas - Compromissada com as compensações ambientais geradas ao longo dos anos de concessão, a CCR SPVias já plantou cerca de 145.000 mudas de espécies nativas. Os locais protegidos estão ligados a importantes rios da região, sendo que alguns destes abastecem cidades do trecho concedido, além de apresentarem grande importância regional.

Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos – Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CCR SPVias destinou no ano de 2011, a cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 2.500 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 30% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

Programa de Atendimento a Emergências - Dentro do Programa de Atendimento a Emergências, a CCR SPVias promove eventos de fiscalização e de educação envolvendo o transporte de produtos perigosos. As *blitzes* de produtos perigosos são eventos em que se fiscalizam os veículos transportadores, em vista dos riscos adicionais que podem causar ao longo do trajeto. Têm a finalidade de atuar na conscientização de motoristas e empresas sobre a necessidade de adequação às normas de segurança, e consequentemente, reduzir o número de acidentes relacionados.

9 Segurança viária

A CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária.

Estas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registrados 108 mortes, sendo que em 2011 foram constatadas 75 mortes, ou seja, uma redução de 31%. Dentre as ações desenvolvidas em 2011 na área de segurança no trânsito, com o envolvimento de aproximadamente 380 mil pessoas, destacam-se:

- **Campanha Verão na Estrada** - A campanha é realizada no período de férias de verão, visando informar o usuário quanto aos riscos a que está sujeito quando não se respeitam as normas de trânsito. O motorista é orientado para que adote uma postura defensiva na condução do seu veículo. Foram realizadas campanhas nos meses de janeiro e fevereiro.
- **Campanha “Cinto de Segurança. Amarre-se nele!”** - Campanha que visa conscientizar motoristas e passageiros sobre a importância do uso do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro. Os usuários que passam pelo local recebem orientações e materiais educativos, além de atendimento de saúde, como verificação do índice de massa corpórea e aferição da pressão arterial. Foram realizadas campanhas nos meses de abril e maio.
- **Campanha de Inverno “Veja e Seja Visto”** – Campanha de orientação, com distribuição de material educativo aos usuários, tendo como objetivo a conscientização dos motoristas e passageiros sobre a importância de redobrar os cuidados ao dirigir sob neblina ou queimada. A campanha foi realizada nos meses de junho e julho.

- **Campanha “Atenção Motorista, Cansaço Mata!”** - Sonolência ao dirigir é um grave problema de segurança que pode causar acidentes. Essa campanha de conscientização visa informar aos motoristas que dirigir sem descanso diminui a oxigenação do organismo, causando sono e perda de concentração, que podem provocar acidentes. Foram realizadas campanhas em agosto e setembro.
- **Projeto *Pit Stop* para caminhoneiros, motociclistas e motoristas de ônibus** - O Projeto *Pit Stop* tem a finalidade de beneficiar os condutores de diversos veículos, sendo oferecida ao condutor uma avaliação da sua saúde, bem como uma inspeção veicular, tudo isso em conjunto com a conscientização dos condutores sobre segurança viária. Foram realizados 19 “*Pit Stops*” ao longo do ano.
- **Palestras sobre Segurança Viária** - O programa de redução de acidentes da CCR SPVias está embasado, mais uma vez, na atuação sobre o elemento humano, considerado principal fator na geração de acidentes de forma geral. Assim, concentramos ações na formação da consciência de segurança rodoviária, atuando com foco no usuário, por meio de realização de palestras em empresas transportadoras de carga e comunidades lindeiras, buscando uma mudança comportamental dos motoristas. Foram realizadas oito palestras ao longo do ano.
- **Café na Passarela** – Esse projeto é voltado aos pedestres das escolas, operários e comunidades lindeiras, para conscientizar sobre a importância do uso da passarela para uma travessia segura. Foram realizados sete eventos ao longo do ano.
- **Simulado de Acidentes com Produtos Perigosos e Simulado de Acidentes com Múltiplas Vítimas**- Os simulados são realizados com a participação integrada de várias entidades envolvidas no atendimento de acidentes desta natureza, incluindo toda a cadeia do produto - indústria, embarcador, transportador, motorista e equipes de emergência. O exercício procura reproduzir uma situação que possibilite aos envolvidos atuar da melhor forma desde a origem até a chegada das vítimas à rede hospitalar. Em 2011 foram realizados cinco simulados de acidentes.

10 Investimentos

A CCR SPVias já investiu cerca de R\$ 771,8 milhões, em valores correntes, desde 2000, nas rodovias SP 127, SP 255, SP 258, SP 270 e SP 280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

- **Rodovia SP 127 - Antonio Romano Schincariol (km 105+900 ao km 147+980) e Francisco da Silva Pontes (km 158+060 ao km 213+150) - 97,17 quilômetros**
 - Duplicação de 55,09 quilômetros entre o km 158+060 e o km 213+150;
 - Implantação de 13 dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Implantação de 110 quilômetros de acostamentos;
 - Implantação de cinco pontes;
 - Alargamento e/ou melhoramento de sete obras de arte especiais;

- Implantação de duas passarelas;
 - Implantação de um posto de pesagem móvel;
 - Implantação de duas bases SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou melhoria de 19 obras de arte especiais;
 - Implantação de 26 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Implantação de 88 telefones de emergência;
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 172+600;
 - Recapeamento de 194,34 quilômetros de pista (dupla);
 - Implantação do acesso ao Fórum de Tatuí – km115+780.
- **Rodovia SP 255 - João Mellão (km 237+770 ao km 288+190) - 50,42 quilômetros**
 - Implantação de 12 quilômetros de faixas adicionais;
 - Implantação de 87 quilômetros de acostamentos;
 - Alargamento e/ou melhoria em uma obra de arte especial;
 - Implantação de uma passarela;
 - Implantação de um posto de pesagem móvel;
 - Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Implantação de 6 telefones de emergência;
 - Recuperação e/ou melhoria de 13 obras de arte especiais;
 - Implantação de 20 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Recapeamento de 52,42 quilômetros de pista (simples e dupla).
- **Rodovia SP 258 - Francisco Alves Negrão (km 222+800 ao km 342+670) - 119,87 quilômetros**
 - Duplicação de 3,48 quilômetros entre o km 222+800 e o km 226+280;
 - Implantação de 123 quilômetros de acostamentos;
 - Alargamento e/ou melhoria em 13 obras de arte especiais;
 - Implantação de três passarelas;
 - Implantação de dois postos de pesagem móvel;
 - Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Implantação de dois telefones de emergência;
 - Recuperação e/ou melhoria de 33 obras de arte especiais;
 - Implantação de 34 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Recapeamento de pista 122,87 quilômetros (simples e dupla).
- **Rodovia SP 270 - Raposo Tavares (km 115+500 ao km 168+210) - 52,71 quilômetros**
 - Duplicação de 7,7 quilômetros entre o km 158+400 e o km 166+100;
 - Implantação de seis dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Implantação de oito quilômetros de faixas adicionais;
 - Implantação de 92 quilômetros de acostamentos;
 - Alargamento e/ou melhoria em três obras de arte especiais;
 - Implantação de uma passarela;
 - Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou melhoria de duas obras de arte especiais;
 - Implantação de 29 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Instalações para a Polícia Militar Rodoviária;

- Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 137+400;
 - Recapeamento de 72,71 quilômetros de pista (simples e dupla);
 - Implantação de 20 telefones de emergência.
- **Rodovia SP 280 - Castello Branco (km 129+600 ao km 315+034) - 185,43 quilômetros**
 - Duplicação de 1,8 quilômetro entre o km 204+750 e o km 206+523 (Serra de Botucatu);
 - Implantação de dois viadutos (Serra de Botucatu);
 - Implantação de quatro dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Melhoramento de 13 dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Alargamento e/ou melhoria em duas obras de arte especiais;
 - Implantação de dois postos de pesagem móvel;
 - Implantação de três bases SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou melhoria de 75 obras de arte especiais;
 - Implantação de 39 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Implantação de 377 telefones de emergência;
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 134+700;
 - Recapeamento de 370,86 quilômetros de pista (dupla).

Dentre as obras acima listadas, as principais realizações em 2011 foram:

SP 280 – Rodovia Presidente Castello Branco

- Implantação do Posto Geral de Fiscalização – km 134+700 – Pista Oeste.

SP 127 - Rodovia Antonio Romano Schincariol /Rodovia Francisco da Silva Pontes

- Implantação do Posto Geral de Fiscalização – km 172+600 – Pista Norte;

- Implantação do acesso ao Fórum de Tatuí – km 115+780;

- Implantação de 70 telefones de emergência – Km 114 ao Km 147.

SP 270 - Rodovia Raposo Tavares

- Recuperação do pavimento – entre o km 158 e o km 168 – Itapetininga;

- Implantação do Posto Geral de Fiscalização – km 137+400 – Pista Oeste;

- Implantação de 20 telefones de emergência – km 158 ao km167.

11 Comunicação com o usuário

A CCR SPVias ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação, abertos especialmente para esta finalidade. São eles:

- **telefone de ligação gratuita (0800);**
- **Internet** –“Fale Conosco”, por meio do site www.spvias.com.br;

- **Bases SAU** – Postos de atendimento disponibilizados aos usuários e localizados em pontos estratégicos. Além de abrigar os veículos operacionais (inspeção de tráfego, guinchos e ambulâncias), as bases SAU da CCR SPVias servem, também como ponto de apoio para os usuários que necessitem, por exemplo, de toaletes ou fraldário.
- **Ouvidoria** - É por meio deste canal direto entre a concessionária e o usuário que este pode registrar suas manifestações. Em 2011, a Ouvidoria recebeu uma média de 170 manifestações por mês, por meio de diferentes canais: 0800, correio eletrônico, telefone e visitas pessoais.

12 Troféu Transparência – ANEFAC

A CCR SPVias foi uma das premiadas na edição 2011 com o Troféu Transparência do XV Prêmio ANEFAC - FIPECAFI – SERASA EXPERIAN na categoria Empresa de Capital Fechado, que visa incentivar a transparência corporativa no mercado, valorizando o fornecimento de informações claras e de qualidade. Mais do que um prêmio, a iniciativa é um certificado de idoneidade das empresas premiadas.

Concedido pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) e SERASA EXPERIAN, o Troféu Transparência busca premiar qualidades cada vez mais valorizadas pela sociedade e pelo público-alvo das empresas de diversos setores da economia, como a clareza nas demonstrações financeiras publicadas, a qualidade das informações colhidas e divulgadas e a idoneidade dessas organizações.

13 Considerações finais

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

14 Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento especial pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

Tatuí, 29 de fevereiro de 2012.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas voluntariamente pois é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	34.410	39.437	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	36.232	184.374
Contas a receber	7	924	1.132	Debêntures	13	-	822.753
Contas a receber - Partes relacionadas	9	26.695	20.868	Fornecedores	14	6.849	9.649
Despesas antecipadas		1.582	1.848	Fornecedores - Partes relacionadas	9	158	-
Outros créditos		848	149	Contas a pagar - Partes relacionadas	9	7.307	7.122
				Obrigações sociais e trabalhistas		2.370	759
Total do ativo circulante		64.459	63.434	Impostos e contribuições a recolher	15a	5.154	6.112
				Impostos e contribuições parcelados	15b	2.325	1.995
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Ativo fiscal diferido	8b	81.220	59.922	Obrigações com o poder concedente	24	24.397	1.090
Tributos a recuperar		2.045	-	Provisão de manutenção	18	24.836	12.328
Depósitos judiciais		68	-	Dividendos a pagar		10.138	10.138
Conta reserva		535	-	Comissões a pagar		4.854	4.184
				Outras contas a pagar		1.949	62
		83.868	59.922				
Imobilizado	10	16.997	16.465	Total do passivo circulante		126.569	1.060.566
Intangível	11	1.612.487	1.648.112				
				Não circulante			
Total do ativo não circulante		1.713.352	1.724.499	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	246.861	112.444
				Debêntures	13	934.912	-
				Impostos e contribuições parcelados	15b	1.795	3.292
				Obrigações com o poder concedente	24	17.502	30.296
				Provisão de manutenção	18	31.842	23.699
				Passivo fiscal diferido	8b	95.753	82.962
				Mútuo - Partes relacionadas	9	67.528	193.998
				Receitas antecipadas		-	551
				Provisão para contingências	16	172	2.992
				Outras contas a pagar		406	-
				Total do passivo não circulante		1.396.771	450.234
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19a	205.225	205.225
				Reserva de lucros		49.246	71.908
				Total do patrimônio líquido		254.471	277.133
Total do ativo		1.777.811	1.787.933	Total do passivo e patrimônio líquido		1.777.811	1.787.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2011	2010 (reclassificado)
Receita operacional líquida	20	389.720	355.047
Custo de serviços prestados			
Custo de Construção		(16.661)	(13.634)
Serviços		(99.203)	(109.413)
Custo da Outorga		(12.798)	(18.057)
Depreciação e Amortização		(53.672)	(22.296)
Custo com Pessoal		(3.263)	(3.579)
Provisão de Manutenção	18	(21.872)	(19.304)
Materiais, Equipamentos e Veículos		(2.155)	(5.960)
Outros		(7.907)	(6.915)
		<u>(217.531)</u>	<u>(199.158)</u>
Lucro bruto		<u>172.189</u>	<u>155.889</u>
Despesas gerais e administrativas		(19.505)	(21.200)
Despesas com pessoal		(6.708)	(6.094)
Serviços		(4.570)	(8.879)
Materiais, equipamentos e veículos		(709)	(422)
Depreciação e amortização		(4.806)	(3.250)
Outros		(2.712)	(2.555)
Despesas financeiras	21	(194.827)	(70.030)
Receitas financeiras	21	9.302	1.179
Outras receitas operacionais		1.947	320
		<u>1.947</u>	<u>320</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(30.894)	66.158
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	8a	(275)	(16.953)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	8a	8.507	(6.518)
		<u>8.507</u>	<u>(6.518)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u>(22.662)</u>	<u>42.687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social subscrito	Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2010	79.984	3.337	57.729	-	141.050
Distribuição de dividendos	-	-	(21.707)	-	(21.707)
Aumento de capital social	125.241	-	-	-	125.241
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.687	42.687
Destinações:	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(10.138)	(10.138)
Reserva legal	-	2.134	-	(2.134)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	30.415	(30.415)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	205.225	5.471	66.437	-	277.133
Prejuízo do exercício	-	-	-	(22.662)	(22.662)
Absorção de prejuízo	-	-	(22.662)	22.662	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	205.225	5.471	43.775	-	254.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(22.662)	42.687
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.507)	6.518
Depreciação e amortização	22.601	21.668
Baixa do ativo imobilizado e intangível	2.014	385
Amortização do ágio	35.877	629
Capitalização de custo de empréstimos	(1.849)	(2.319)
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	148.014	36.865
Variação cambial sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	466	-
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	23.470	808
Constituição da provisão de manutenção	21.872	22.554
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.898	8.459
Constituição da provisão de devedores duvidosos	4	-
Reversão e juros sobre contingências	(1.680)	(90)
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	10.385	9.454
Juros sobre impostos parcelados	1.079	-
	258.644	104.931
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	204	17.240
Contas a receber partes relacionadas	(5.827)	(20.868)
Despesas antecipadas	266	(1.727)
Tributos a recuperar	(2.045)	-
Outros créditos	(767)	1.127
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(2.800)	(29.983)
Fornecedores partes relacionadas	(4.094)	7.122
Obrigações sociais e trabalhistas	1.611	10
Impostos e contribuições recolher e parcelados	(3.203)	(992)
Obrigações com o poder concedente	128	83
Realização da provisão de manutenção	(6.119)	(39.804)
Liquidação de contingências	(1.140)	(103)
Outras contas a pagar	2.412	1.058
	214.608	80.781
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	214.608	80.781
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.023)	(4.993)
Adição ao ativo intangível	(16.527)	(14.148)
	(23.550)	(19.141)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(23.550)	(19.141)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Conta reserva	(535)	-
Mútuos com partes relacionadas		
Pagamento	(145.503)	-
Debentures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		
Captações	835	35.781
Pagamento de principal	(32.812)	(20.428)
Pagamento de juros	(17.015)	(33.005)
Custo de captação	(1.055)	-
Dividendos pagos	-	(21.707)
	(196.085)	(39.359)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(196.085)	(39.359)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(5.027)	22.281
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	39.437	17.156
No final do exercício	34.410	39.437
	(5.027)	22.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Receita de pedágio	405.972	371.048
Receita de construção	16.661	13.634
Receita acessórias	2.444	2.570
Insumos adquiridos de terceiros	(153.688)	(175.526)
Valor adicionado bruto	<u>271.389</u>	<u>211.726</u>
Depreciação e amortização	(58.478)	(22.297)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>212.911</u>	<u>189.429</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.302	1.179
Valor adicionado total a distribuir	<u>222.213</u>	<u>190.608</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	6.642	4.860
Benefícios	1.413	3.245
FGTS	432	402
Outras	178	138
Tributos		
Federais	7.599	38.869
Estaduais	162	165
Municipais	20.279	18.574
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	194.729	62.590
Aluguéis	643	1.021
Outorga	12.798	18.057
Remuneração de capitais próprios		
(Prejuízo) Lucros retidos do exercício	(22.662)	42.687
	<u>222.213</u>	<u>190.608</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede esta localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 10 de outubro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Melão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº. 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados sobre esse conceito.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Em 29 de fevereiro de 2012 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Reclassificação

Para melhor apresentação das demonstrações de resultados do exercício de 2010, além das aberturas entre custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas, foi efetuada a reclassificação da rubrica de despesas gerais e administrativas para custos dos serviços prestados o montante de R\$ 21.481.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 17** - Classificação de arrendamento mercantil;
- **Nota 3** - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão.
- **Nota 7** - Provisão para devedores duvidosos
- **Nota 8b** - Impostos diferidos;
- **Nota 10** - Depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota 11** - Amortização dos ativos intangíveis;
- **Nota 16** - Provisão para contingências;
- **Nota 18** - Provisão de manutenção; e
- **Nota 22** - Mensuração de instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b. Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

c. Instrumentos financeiros

- *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota 22.

- *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber, contas a receber partes relacionadas e outros créditos.

- *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil, fornecedores, fornecedores partes relacionadas e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- *Capital social - ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

e. Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis, para os quais a data de início para a captação foi a data de início da concessão.

Quando parte de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, na abordagem por componentes, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº.10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

g. Ativos intangíveis

- *Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados*

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- *Direito da concessão - ágio*

O direito da concessão - ágio gerado na incorporação da empresa Vialco Concessões Rodoviárias SPE S.A., é oriundo da aquisição da Companhia e reflete o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotado a curva de tráfego estimada como base de amortização.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h. Ativos arrendados

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 17a.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº. 17b.

i. Redução ao valor recuperável de ativos

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixas previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

k. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

l. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 20 (R1) Custos de Empréstimos.

m. Benefícios a empregados

- ***Planos de contribuição definida***

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$ 185.

- ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, à taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação sobre prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos relacionados ao imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e são reduzidos caso sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia adotou a neutralidade do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irretratável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

o. Direito de concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 (contratos de concessão), a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº. 26) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato tanto a concessionária quanto o poder concedente possuem o direito de rescisão, sendo que a concessionária será indenizada pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

p. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Se a Concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, atribuindo portanto zero de margem.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

q. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional além de concessão de rodovias nas operações da Companhia.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

r. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme CPCs e aplicável às companhias abertas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- ***Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida***

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- ***Passivos financeiros não derivativos***

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- a. Risco de crédito;
- b. Risco de taxas de juros e inflação; e
- c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para debêntures, empréstimos de capital de giro e aplicações financeiras e da TJLP relativo aos financiamentos em Reais. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6, 12 e 13.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	36.970	216.672	19.751	10.561
Debêntures	-	934.912	-	-

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	2.721	5.174
Aplicações financeiras	<u>31.689</u>	<u>34.263</u>
	<u><u>34.410</u></u>	<u><u>39.437</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,19% do CDI, equivalente a 11,50% ao ano (9,81% a.a. em 31 de dezembro de 2010).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

7 Contas a receber

	2011	2010
Circulante		
Vale pedágio e cupons a receber	916	874
Ocupação da faixa de domínio e acessos	12	258
	<u>928</u>	<u>1.132</u>
Provisão para devedores duvidosos (a)	(4)	-
	<u>924</u>	<u>1.132</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	2011	2010
Créditos a vencer	924	874
Créditos vencidos até 90 dias	-	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	4	257
	<u>928</u>	<u>1.132</u>

(a) Provisão para devedores duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

	2011	2010
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(30.894)	66.158
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	10.504	(22.494)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Ajustes prejuízos exercícios anteriores	(1.077)	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(207)	-
Ajuste a valor presente contrato concessão	-	(1.080)
Despesas com brindes e associações de classe	(67)	-
Juros, multas e outras despesas indedutíveis	(208)	(296)
Outras	<u>(221)</u>	<u>399</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	8.724	(23.471)
Impostos correntes	(275)	(16.953)
Impostos diferidos	8.507	(6.518)
Alíquota efetiva de impostos	<u>27%</u>	<u>36%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2011	2010
Ativo Não Circulante		
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (a)	27.961	41.993
Constituição da provisão de manutenção (b)	19.271	12.250
Prejuízo fiscal	18.905	-
Depreciação de obras lançadas no custo (c)	6.133	5.679
Base negativa de contribuição social	6.806	-
Provisão para comissões sobre empréstimos	1.650	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	276	-
Provisão para despesas com taxa de manutenção de pedágio eletrônico	90	-
Provisão para contingências	59	-
Outras	69	-
	<u>81.220</u>	<u>59.922</u>
Passivo Não Circulante		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(72.807)	(69.868)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(13.130)	(12.967)
Amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(8.024)	(127)
Ajuste valor presente sobre outorga variável - RTT	(1.613)	-
Ajuste a valor justo	(46)	-
Amortização custo de transação	21	-
Outras	(154)	-
	<u>(95.753)</u>	<u>(82.962)</u>

(a) Diferença temporária oriunda da depreciação de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- (c) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos capitalizados mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (f) Diferença temporária entre a amortização do direito da concessão - ágio e a amortização fiscal e a contábil do direito de concessão (ágio gerado em reorganização societária conforme descrito na nota 11, item “a”).

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2015 no montante de R\$ 25.710.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

	Transações	Saldos			
		Ativo	Passivo		
	Serviços Prestados	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos	Contas a pagar
Controladora					
CCR S.A. (a) e (b)	2.108	-	158	67.528	-
Outras partes relacionadas					
Consórcio de Rodovias Integradas - CORI (c)	93.965	654	-	-	7.237
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (d)	-	25.516	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões (e)	815	-	-	-	61
Conces.do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.	-	-	-	-	9
Inovap 5 Administração e Participações Ltda.	-	525	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>96.888</u>	<u>26.695</u>	<u>158</u>	<u>67.528</u>	<u>7.307</u>
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>23.068</u>	<u>20.868</u>	<u>-</u>	<u>193.998</u>	<u>7.122</u>

	2011	2010
Profissionais chave		
Remuneração de administradores (f)	1.917	-

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR
- (b) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 115% a.a. do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 17 de outubro de 2016. A taxa de remuneração é equivalente à praticada no mercado, na data em que a transação foi realizada;
- (c) Refere-se a prestação de serviços de conservação de rotina e manutenção de rodovias, manutenção de operações, inspeção de tráfego, guincho, fornecimento de mão de obra para operação do sistema de arrecadação e serviço de atendimento pré-hospitalar, executados sob responsabilidade e às exclusivas expensas do Consórcio. Contas a receber refere-se a repasse de despesas com combustíveis;
- (d) Refere-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no período subsequente.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- (e) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da rodovia. Contas a receber refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.
- (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Os montantes referentes a despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	2011
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.332
Outros benefícios:	
Provisão de participação no resultado	481
Previdência privada	100
Seguro de vida	4
	<hr/>
	1.917
	<hr/> <hr/>

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

10 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2011			2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	12	1.826	(1.255)	571	594
Máquinas e equipamentos	15	15.905	(7.947)	7.958	8.415
Veículos	21	9.667	(7.244)	2.423	4.172
Instalações e edificações	6	613	(223)	390	447
Sistemas operacionais	18	11.951	(9.552)	2.399	2.835
Imobilizado em andamento	-	3.256	-	3.256	2
		<u>43.218</u>	<u>(26.221)</u>	<u>16.997</u>	<u>16.465</u>

Movimentação do custo

	2010	2011			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	
Móveis e utensílios	1.733	49	(13)	57	1.826
Máquinas e equipamentos	16.069	489	(2.724)	2.071	15.905
Veículos	11.799	-	(2.256)	124	9.667
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Sistemas operacionais	11.481	20	(167)	617	11.951
Imobilizado em andamento	2	6.650	-	(3.396)	3.256
	<u>41.697</u>	<u>7.208</u>	<u>(5.160)</u>	<u>(527)</u>	<u>43.218</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 7.822.

O imobilizado em andamento refere-se substancialmente, a equipamentos em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 185 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2010).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Movimentação da depreciação

	2010	2011		
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(1.139)	(120)	4	(1.255)
Máquinas e equipamentos	(7.654)	(1.586)	1.293	(7.947)
Veículos	(7.627)	(1.305)	1.688	(7.244)
Instalações e edificações	(166)	(57)	-	(223)
Sistemas operacionais	(8.646)	(1.067)	161	(9.552)
	(25.232)	(4.135)	3.146	(26.221)

11 Ativos intangíveis

		2011			2010
	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito da Concessão - ágio (a)	(*)	1.138.254	(36.506)	1.101.748	1.137.625
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	608.406	(98.265)	510.141	509.997
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	3.426	(2.828)	598	490
		1.750.086	(137.599)	1.612.487	1.648.112

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Movimentação do custo

	2010		2011	
	Custo	Adições	Transferências (b)	Custo
Direito da Concessão - ágio (a)	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	589.954	18.123	329	608.406
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.160	68	198	3.426
	<u>1.731.368</u>	<u>18.191</u>	<u>527</u>	<u>1.750.086</u>

Movimentação da amortização

	2010		2011	
	Amortização	Adições	Amortização	
Direito da Concessão - ágio (a)	(629)	(35.877)	(36.506)	
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(79.957)	(18.308)	(98.265)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.670)	(158)	(2.828)	
	<u>(83.256)</u>	<u>(54.343)</u>	<u>(137.599)</u>	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) O direito da concessão - ágio recebido na incorporação reversa da Vialco Concessões Rodoviárias SPE S.A.. é oriundo da aquisição da Companhia e reflete o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotado a curva de tráfego estimada como base de amortização.

(b) Do montante de R\$ 608.406 em 31 de dezembro de 2011, R\$ 13.862 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- SP270 Duplicação do km 115,5 ao 158,4;
- SP258 Duplicação do km 262 ao 264,8 Contorno Taquarivaí;
- SP127 1ª Intervenção nos pavimentos de trevos.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 1.664 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.319 em 31 de dezembro de 2010). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,99% a.m. durante o exercício de 2011 (1,02% a.m. durante o período de 2010).

12 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

	Taxas Contratuais (% a.a)	Custo efetivo (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimentos	2011	2010		
Em moeda nacional									
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 5,5%	N/I	-	-	Outubro de 2013	13.583	21.345	(b)	
1. BNDES - FINEM II - Repasse	UMBDES + 5,5%	N/I	-	-	Outubro de 2013	15.257	23.638	(b)	
2. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,8%	N/I	-	-	Julho de 2018	44.894	51.711	(b)	
3. Banco Votorantim	TJLP + 0,3113% a 0,5654%	N/I	-	-	Setembro de 2013	1.283	1.937	(d)	
3. Banco Bradesco S.A.	116,5% do CDI	1,8991% (a)	351	289	Fevereiro de 2013	57.923	51.113	(c)	
3. Banco Itaú BBA S.A.	116,5% do CDI	1,8991% (a)	694	572	Fevereiro de 2013	109.574	96.964	(c)	
3. Banco Santander S.A.	CDI + 3,75%	N/I	-	-	Julho de 2015	37.257	46.023	(c)	
4. Diversos (arrendamento mercantil)	CDI + 0,14% a.a. a 0,5654% a.a	N/I	-	-	Dezembro de 2013	1.649	1.794	(d)	
Subtotal em moeda nacional						281.420	294.525		
Em moeda estrangeira									
1. BNDES - FINEM I	C.MOEDAS + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	1.673	2.293	(b)	
Subtotal em moeda estrangeira						1.673	2.293		
						283.093	296.818		
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil						36.970	184.374		
Custo de transação						(738)	-		
Total circulante						36.232	184.374		
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil						246.984	112.444		
Custo de transação						(123)	-		
Total não circulante						246.861	112.444		

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 – (R1). Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

Garantias

- (b) Fiança bancária com aval do acionista controlador
(c) Fiança do acionista controlador.
(d) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

2011

2013	199.131
2014	17.418
2015	12.873
2016	6.878
Após 2016	10.561
	<hr/>
	246.861
	<hr/>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas contratuais. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 28 de março de 2003, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 67.400 (subcrédito A – R\$ 53.920 e subcrédito B em moeda estrangeira – R\$ 13.480). Nesta mesma data, firmou contrato de financiamento com a Caixa, através de repasse do BNDES, nos mesmos montantes acima e com as mesmas remunerações e vencimentos.

A remuneração do subcrédito A é de 5,5% a.a. mais a TJLP e do subcrédito B é de 5,5% a.a. mais taxa variável (cesta de moedas).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

O principal está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, entre 15 de outubro de 2005 e 15 de setembro de 2013 para o subcrédito A e entre 15 de novembro de 2005 e 15 de outubro de 2013 para o subcrédito B.

Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de abril de 2003 e 15 de setembro de 2005 para o subcrédito A e entre 15 de abril de 2003 e 15 de outubro de 2005 para o subcrédito B, sendo que desde 15 de outubro de 2005, os juros estão sendo pagos mensalmente para os dois subcréditos. A última parcela de juros do subcrédito A será paga em 15 de setembro de 2013 e a do subcrédito B, em 15 de outubro de 2013.

A investida possui a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2013, taxa de sucesso de 2,5% e 3%, respectivamente para o BNDES e a Caixa, sobre a receita que ultrapassar correspondente ao volume de veículos o estipulado no contrato. Para cumprimento dessa obrigação, há provisão na rubrica comissões a pagar de R\$ 2.648 e R\$ 2.206, respectivamente, para o BNDES e a Caixa, em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.151 e R\$ 1.822, respectivamente, para o BNDES e a Caixa, em 31 de dezembro de 2010).

A principal garantia compartilhada entre os financiadores e cláusula restritiva do contrato de financiamento com o BNDES é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação. O montante da Fiança Bancária é de R\$ 14.260 e R\$ 15.225 respectivamente, para o BNDES e a Caixa, em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 25.151 e R\$ 23.682, respectivamente, para o BNDES e a Caixa, em 31 de dezembro de 2010).

2. Em 07 de julho de 2008, foi firmado contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 (subcrédito A – R\$ 52.526 e subcrédito B – R\$ 121.930). Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,8% a.a. mais TJLP.

Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018 e para o subcrédito B, o principal será amortizado em 78 parcelas mensais a partir de 15 de agosto de 2012 até 15 de janeiro de 2019.

Para o subcrédito A, os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de julho de 2008 e 15 de outubro de 2010 e para o subcrédito B, estão sendo pagos entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de julho de 2012. Os juros são pagos mensalmente a partir de 15 de novembro de 2010 para o subcrédito A e a partir de 15 de agosto de 2012 para o subcrédito B, até o vencimento final de cada subcrédito.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

A principal garantia compartilhada entre esse financiamento e o financiamento de 28 de março de 2003, é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes deste contrato, até a sua liquidação. O montante da fiança bancária é de R\$ 48.169 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 52.581 em 2010).

3. Em 09 de setembro de 2009 e posteriores aditivos, a Companhia firmou em conjunto com a controladora (garantidora) e os Bancos Banco Itaú BBA S.A e Banco Santander (Brasil) S.A. o 3º termo de aditamento ao Convênio de Prestação de Fiança. Neste aditivo, as garantias de projeto estabelecidas no Convênio foram canceladas e substituídas pela prestação de fiança/aval pela CCR. Em 28 de junho de 2011, foi assinado o 4º termo aditivo, onde foi retirada a obrigação:

- Não observância, ou falta de comprovação dos indicadores financeiros (“*Covenants*”) semestrais e anuais citados abaixo:
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, maior ou igual a 1,0, onde: $(EBITDA - \text{Variação do Capital de Giro} - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social} - \text{CAPEX} + \text{Novas Dívidas de Longo Prazo} + \text{Desembolso do BNDES para CAPEX}) / (\text{A Soma de Principal e Juros})$.
- Dívida Líquida/EBITDA, menor ou igual a 2,5 no ano de 2010 e menor ou igual a 2,3 a partir de 2011.

O principal critério para o estabelecimento de vencimento antecipado é efetuar a redução de capital sem prévia anuência dos credores.

4. Em 04 de novembro de 2010, foram emitidas quatro CCB junto ao Banco Bradesco e Itaú BBA, no valor total de R\$ 50.337, com vencimento para 28 de setembro de 2011, remuneração de 116,50% do CDI e garantia da controladora. Em 22 e 29 de setembro de 2011, foram firmados aditivos contratuais prorrogando a data de vencimento para 28 de fevereiro de 2013, mantendo as demais condições inicialmente contratadas.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Ao longo dos anos de 2008 a 2010, a Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil financeiro junto ao Banco Itaú, Safra, Bradesco e HSBC, no montante total de R\$ 2.879, com juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de CDI + 1,05% a.a a 2,49% a.a. destinado substancialmente à compra de caminhões, guinchos, ambulâncias e veículos para utilização na administração. A amortização do principal e o pagamento dos juros se darão em 36 parcelas mensais entre abril de 2008 e dezembro de 2013.

13 Debêntures

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Vencimentos	2011	2010
Debêntures série única	116,5% do CDI	Fevereiro de 2013	934.912	-
Debêntures série única	116,5% do CDI	Setembro de 2011	-	822.753
			<u>934.912</u>	<u>934.912</u>
Total circulante			<u>-</u>	<u>822.753</u>
Total não circulante			<u>934.912</u>	<u>-</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia assumiu por sucessão a 1ª emissão pública de debêntures, emitindo oitocentas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da Controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, de valor nominal unitário de R\$ 1.021 mil, sendo o valor total de emissão de R\$ 817.387 mil, sendo subscritas e integralizadas em 22 de outubro de 2010.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 116,5% do CDI a.a., com seu vencimento em 28 de setembro de 2011 e os seus juros remuneratórios serão pagos na sua data de vencimento. A debênture pode ser amortizada extraordinariamente a qualquer momento.

Um dos principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado é:

- Extinção, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou Companhia seja titular, que represente individualmente ou de forma agregada, 25% ou mais do faturamento consolidado anual da Controladora.

Em 26 de setembro de 2011, foi assinado o instrumento de aditamento da 1ª emissão de debêntures, alterando o vencimento final de 28 de setembro de 2011 para 28 de fevereiro de 2013.

14 Fornecedores

	2011	2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	5.333	9.649
Cauções e Retenções Contratuais (b)	1.516	-
	<u>6.849</u>	<u>9.649</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

15 Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais e municipais – a recolher

	2011	2010
Circulante		
ISS	1.923	1.726
Cofins	1.166	1.042
INSS retido	568	375
ISS retido	459	398
Pis, Cofins e CSLL retidos	427	955
Pis	253	226
IR s/ mútuo	248	308
IRRF retido	110	110
Imposto de renda e contribuição social	-	972
Total	<u>5.154</u>	<u>6.112</u>

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

b. Obrigações fiscais federais e municipais – parceladas

	2010	2011			Total
	Saldo Inicial	Atualizações	Pagamentos	Transferências	
Circulante					
IRPJ (1)	1.471	-	-	(1.471)	-
CSLL (1)	524	-	-	(524)	-
PAES (1)	-	22	(2.036)	4.085	2.071
ISS	-	3.470	(3.280)	-	190
Parcelamento Lei 11.941/09 (2)	-	86	(36)	14	64
Total	<u>1.995</u>	<u>3.578</u>	<u>(5.352)</u>	<u>2.104</u>	<u>2.325</u>
Não circulante					
IRPJ (1)	2.206	-	-	(2.206)	-
CSLL (1)	786	-	-	(786)	-
IRPJ (1)	248	175	-	(423)	-
CSLL (1)	52	30	-	(82)	-
PAES (1)	-	117	-	918	1.035
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	285	-	475	760
Total	<u>3.292</u>	<u>607</u>	<u>-</u>	<u>(2.104)</u>	<u>1.795</u>

- (1) Em 30 de junho de 2003 a Companhia solicitou parcelamento de débitos de impostos federais (IRPJ e CSLL), por meio da adesão ao Parcelamento Especial - PAES, em 120 parcelas mensais, ajustados com base na variação da TJLP a partir de 30 de julho de 2003. A Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente no pagamento dos impostos, contribuições e demais obrigações fiscais correntes, como condição essencial à manutenção do Parcelamento Especial - PAES. O não cumprimento dessa condição acarretará na aplicação das penalidades previstas em legislação específica, que entre outras, prevê o cancelamento do parcelamento.
- (2) Em 18 de agosto de 2009, a Companhia solicitou parcelamento de débitos de imposto de renda e contribuição social, referente a divergência de preenchimento de PER-DCOMP em 2004 identificado pela Receita Federal do Brasil em 2009 e 2010. Em 28 de junho de 2011, foi homologado pela Receita Federal do Brasil, o parcelamento em 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic, a serem pagas a partir de junho de 2011.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos

	<u>2010</u>	<u>2011</u>		
	Saldo Inicial	Reversão de provisão	Realização	Total
Não circulante				
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	2.776	(1.538)	(1.066)	172
Trabalhistas	<u>216</u>	<u>(142)</u>	<u>(74)</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.992</u></u>	<u><u>(1.680)</u></u>	<u><u>(1.140)</u></u>	<u><u>172</u></u>

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2011	2010
Cíveis	4.093	1.303
Trabalhistas e previdenciárias	393	125
Tributárias	<u>14</u>	<u>4</u>
Total	<u><u>4.500</u></u>	<u><u>1.432</u></u>

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis, trabalhistas e tributário, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderem ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada na demonstrações financeiras.

17 Arrendamento mercantil

a. Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>Pagamentos futuros mínimos</u>	
	2011	2010
Até um ano	153	-

A Companhia opera com 17 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu as despesas com operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 486 em 31 de dezembro 2011.

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 6.767 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Ativo imobilizado – valor líquido

	2011	2010
Veículos	4.612	1.739

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 258 e R\$ 257 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2011		2010	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	1.351	1.114	2.015	1.964
Acima de um ano e até cinco anos	773	535	1.813	1.767

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

18 Provisão de manutenção

	2010	2011				Total
	Saldo Inicial	Constituição/ Reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante						
Provisão de manutenção	12.328	(4.145)	656	(6.119)	22.116	24.836
Não circulante						
Provisão de manutenção	23.699	26.017	4.242	-	(22.116)	31.842

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75%
- Projetos com início de provisão até 2010: 12,34%
- Projetos com início de provisão à partir de 2011: 12,62%

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

20 Receitas

	2011	2010
Receita de pedágio	405.972	371.048
Receita de construção	16.661	13.634
Receita acessórias	<u>2.444</u>	<u>2.570</u>
Receita bruta	<u><u>425.077</u></u>	<u><u>387.252</u></u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	2011	2010
Receitas Brutas	425.077	387.252
Menos:		
Impostos sobre receitas	(35.389)	(32.356)
Ganho na arrecadação	<u>32</u>	<u>151</u>
Total das receitas	<u><u>389.720</u></u>	<u><u>355.047</u></u>

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

21 Resultado financeiro

Despesas financeiras	2011	2010
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(148.014)	(36.865)
Juros e variação monetárias sobre mútuos	(23.470)	(808)
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	(10.385)	(9.454)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(8.535)	(15.604)
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	(4.898)	(8.459)
Juros sobre impostos parcelados	(1.079)	-
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(197)	(423)
IOF	(98)	(736)
Juros Capitalizados	1.849	2.319
	<u>(194.827)</u>	<u>(70.030)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.689	1.172
Variação cambial sobre financiamentos	466	-
Juros e outras receitas financeiras	147	7
	<u>9.302</u>	<u>1.179</u>

22 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2011				2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo	Total
Ativos								
Caixa e bancos	-	2.721	-	2.721	-	5.174	-	5.174
Aplicações financeiras	31.689	-	-	31.689	34.263	-	-	34.263
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	535	-	-	535	-	-	-	-
Contas a receber	-	924	-	924	-	1.132	-	1.132
Contas a receber - Partes relacionadas	-	26.695	-	26.695	-	20.868	-	20.868
Conta reserva	-	535	-	535	-	-	-	-
Outros créditos	-	848	-	848	-	149	-	149
Passivos								
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(283.093)	(283.093)	-	-	(296.818)	(296.818)
Debêntures	-	-	(934.912)	(934.912)	-	-	(822.753)	(822.753)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(9.204)	(9.204)	-	-	(9.711)	(9.711)
Fornecedores - Partes relacionadas	-	-	(158)	(158)	-	-	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	(7.307)	(7.307)	-	-	(7.122)	(7.122)
Mútuo - Partes relacionadas	-	-	(67.528)	(67.528)	-	-	(193.998)	(193.998)
Total	32.224	31.723	(1.302.202)	(1.238.255)	34.263	27.323	(1.330.402)	(1.268.816)

(a) Valores líquidos do custo de transação

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Caixa e bancos, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outros créditos**- São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado;
- **Arrendamento mercantil, fornecedores, fornecedores partes relacionadas, contas a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar** - Estão registrados pelo método do custo amortizado;
- **Empréstimos e Debêntures** - São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo método do custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	934.912	950.707	822.753	834.105
Empréstimos	283.093	211.360	194.274	198.804

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- **Financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo e UMBNDES - Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Conforme descrito na nota explicativa nº. 12, esses financiamentos são relativos a operações de “Project Finance” (financiamentos do BNDES).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2 :

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Aplicações financeiras	31.689	34.263

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2:** inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços)
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas:

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (2)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	934.912	(118.917)	(148.946)	(179.090)
CCB	Aumento do CDI	Julho de 2015	283.093	(26.989)	(33.443)	(39.916)
	Total do efeito de ganho ou (perda)			<u>(145.906)</u>	<u>(182.389)</u>	<u>(219.006)</u>

As taxas de juros consideradas para 12 meses foram:

CDI (1)	10,87%	13,59%	16,31%
---------	--------	--------	--------

Abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 30/12/2011, divulgada pela CETIP.

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 103.000;

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 30.000;
- Responsabilidade Civil – R\$ 16.170;
- Perda de receita – R\$ 35.542.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 190.813, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 253.840 (R\$ 1.813 por veículo), sendo: R\$ 13.800 (R\$ 99 por veículo) para danos morais e R\$ 3.624 (R\$ 26 por veículo) para equipamentos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga variável

	Valor nominal		Valor presente	
	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante (1) e (2)	23.699	1.090	24.397	1.090
Passivo não circulante (2)	19.012	37.902	17.502	30.296
Direito de outorga variável	42.711	38.992	41.899	31.386

- (1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subseqüente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.217 (R\$ 1.090 em 31 de dezembro de 2010).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

- (2) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtidas no período de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007, com vencimento para pagamento de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, em parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelos mesmos padrões e critérios utilizados para a recomposição da equação econômico-financeira do contrato. Tal diferimento está em conformidade com o Termo Aditivo e Modificativo nº 15 do Contrato de Concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado com base na média da taxa estabelecida como retorno de capital próprio, e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro, estabelecida como de retorno do capital de terceiros. Durante o exercício de 2011, a Companhia reconheceu como despesa financeira no resultado referente a ajuste a valor presente o montante de R\$ 2.862 no curto prazo (R\$ 3.176 em 31 de dezembro de 2010). O compromisso, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 20.341 (R\$ 30.296 em 31 de dezembro de 2010).

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2011, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2012	23.699	24.397
2013	19.012	17.502
Total	42.711	41.899

No decorrer do período, foi gerado ao Poder Concedente o montante de R\$12.672 referente ao direito de outorga variável (R\$ 11.779 em 31 de dezembro de 2010).

b. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2011, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 764.239 (R\$ 552.148 em 31 de dezembro de 2010), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

25 Eventos subsequentes

Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 05 de janeiro de 2012, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado, informando que foi celebrado o termo aditivo modificativo (TAM) nº 18/2011 ao Contrato de Concessão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (Poder Concedente) e a Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias) - Contrato de Concessão nº 010/CR/2000.

O referido TAM têm como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGP-M) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano, a periodicidade do reequilíbrio.

• **Procedimentos administrativos ARTESP**

Em fevereiro de 2012 foi recebida pela Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias), solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 14/06 de 21/12/06.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Paulo Cesar de Souza Rangel	Diretor Presidente
Rogério Lima de Sá Fortes	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3